

Críticas à "Comissão Afonso Ariños"

por Fernando Pereira
do Rio

A formação de uma banca de constituintes que defenda os interesses das classes patronais é uma proposta legítima que deve ser imitada pelas classes trabalhadoras. A formação de um "lobby" empresarial, com base em práticas de abuso do poder econômico, no entanto, é ilegal e, pela constituição em vigor, deve ser reprimida pelo poder público.

Esse posicionamento é do presidente da Seccional Rio de Janeiro da Ordem dos Advogados do Brasil, Nilo Batista, ao analisar a possibilidade de formação de uma "caixinha" de Cr\$ 4,5 trilhões para o financiamento de candidaturas de políticos afinados com as propostas do empresariado.

Nilo Batista manifestou-se contrário à formação de uma comissão para a elaboração de um documento — base que serviria de subsídio ao debate popular, que antecederá a convocação da Assembleia Nacional Constituinte, a chamada "Comissão Afonso Ariños".

"Elaborar uma Constituição não é tarefa de um grupo. Ao contrário, ela deve ser o produto de uma ampla e livre discussão que envolva toda a sociedade. Estabelecer parâmetros que previamente condicionem o debate é uma proposta que contraria essa orientação", explicou Batista.

O presidente da OAB/RJ anunciou para o dia 7 de agosto o início da próxima conferência anual da entidade, convocada justamente para debater a Constituinte, a Democracia e a Justiça. Antes disso, em julho, a entidade vai promover um encontro com a Associação das Favelas do Rio de Janeiro para um debate, entre favelados e juristas, sobre esses temas.

ANC 88
Pasta Fev/Dez 85
050

"Nossos encontros serão abertos à participação da comunidade", disse Batista. "A conferência dos advogados sempre foi um evento fechado, exprimia a maneira como os advogados estavam observando a conjuntura. Dessa vez queremos que a sociedade venha debater conosco. A Constituinte não pode ser um 'arreglo', um acordo entre juristas, uma conversa a portas fechadas", finalizou.